

Cáceres, 9 de setembro de 2015.

Prezada Senhora,

Como resultado dos trabalhos da Comissão Temporária do CONEPE, instituída pela Resolução n.º 85/2015 – CONEPE, encaminhamos a Vossa Senhoria a minuta de resolução que versa sobre a REMOÇÃO TEMPORÁRIA DE DOCENTES, para inclusão na pauta da próxima sessão do CONEPE.

Sem mais, externamos votos de estima e apreço

9 de setembro de 2015.

Jesus Vieira de Oliveira
PRESIDENTE



Roberto Tikao Tsukamoto Júnior
MEMBRO

Samuel Laudelino Silva
MEMBRO



Ana Lúcia Matiello Miranda
MEMBRO

Vandersézar Casturino
MEMBRO

Alexandre Pereira do Amaral
MEMBRO

Recebido em 09/09/2015
Santana
ASSOC

RESOLUÇÃO Nº 000/2015-CONEPÉ

Dispõe sobre a Remoção Temporária de servidores docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

A Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEPÉ, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Complementar nº 04/1990, a Lei Complementar 8.275/2004 e a Lei Complementar 320/2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Regulamentar a Remoção Temporária de servidores Docentes ocupantes de cargo efetivo no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso e adotar outras providências.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º. Remoção Temporária é o deslocamento do servidor, exclusivamente a pedido, no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso, por período estabelecido, sem alteração de sua lotação, para ocupar vaga não definitiva, dentro das previsões legais, temporariamente.

Parágrafo único. Para fins desta resolução, considera-se:

I. vaga definitiva, a vaga de cargo público que não está ocupada por servidor nomeado efetivamente nos termos do Estatuto do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso.

II. vaga não definitiva, a vaga de cargo público devidamente ocupada por servidor por nomeado efetivamente nos termos do Estatuto do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso, e que se encontra em alguma das situações de licença ou afastamento, prevista na legislação.

Art. 3º. A Remoção Temporária não constitui forma de provimento ou vacância de cargo efetivo.

Art. 4º. A Remoção Temporária poderá ocorrer nas seguintes modalidades:

I. a pedido do servidor, observado o interesse da administração

II. a pedido do servidor, independentemente do interesse da administração, nas seguintes situações:

a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, que foi deslocado no interesse da administração;

b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial.

Art. 5º. Para quaisquer das modalidades de Remoção Temporária, deverá estar prevista a substituição na Unidade de destino por um período de 12 meses, podendo ser prorrogado, observado o cumprimento da carga horária mínima exigida para o servidor e a existência de vaga.

Art. 6º. O servidor Removido Temporariamente não perde o vínculo com a Unidade de Origem, permanecendo seu nome na composição do quadro de lotação da Faculdade, com direitos e deveres a ela vinculados, com exceção da Avaliação de Desempenho ao período da Remoção Temporária, a qual será realizada pela unidade de destino.

Art. 7º. O acompanhamento do desenvolvimento das atividades acadêmicas na Unidade de Destino é de responsabilidade do Coordenador do Curso, em conformidade com o Estatuto da UNEMAT.

CAPÍTULO II

DAS CONDIÇÕES DE REMOÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 8º. Os pedidos de Remoção Temporária deverão ocorrer nas datas limites de:

- I. 10 de abril, para início das atividades no segundo semestre letivo;
- II. 10 de setembro, para início das atividades no primeiro semestre letivo.

Art. 9º. O requerimento de Remoção Temporária deve ser acompanhado da justificativa, da manifestação da Faculdade de Origem e da indicação da localidade de interesse.

§ 1º A Pró-Reitoria de Administração, após receber o processo, devidamente protocolado, formulará consulta a Faculdade de destino, bem como à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, para que se manifestem quanto ao pedido e existência da vaga.

§ 2º Havendo mais de 01 (um) interessado na vaga pretendida a PRAD, usando o critério de desempate estabelecido no art. 14 emitirá parecer quanto ao seu deferimento ou indeferimento.

Art. 10. A Remoção Temporária que se fundamente para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, deslocado no interesse da Administração, fica condicionada a que o deslocamento seja superveniente à união do casal.

Parágrafo único. Não caracteriza deslocamento o provimento originário de cargo público.

Art. 11. A Remoção Temporária que se fundamente por motivo de saúde fica condicionada à apresentação de laudo emitido pela Coordenadoria de Perícia Médica oficial do Estado.

Art. 12. Para casos de mais de 01 (um) servidor docente pleitear a mesma vaga em substituição, serão adotados os seguintes critérios:

- I. o servidor com mais tempo de serviço no cargo de carreira;
- II. maior idade.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Os atos de Remoção Temporária, na forma prevista nesta Resolução, serão analisados pela Pró-Reitoria de Administração e Pró-Reitoria de Ensino de Graduação sendo autorizados pelo Reitor, mediante expedição de Portaria.

Art. 14. O servidor poderá retornar à Unidade de Origem a qualquer tempo caso a vaga identificada deixe de existir em decorrência de ocupação por servidor efetivo do quadro.

Art. 15. As despesas da mudança para a nova unidade, decorrentes de Remoção Temporária, correm a expensas do servidor.

Art. 16. Para fins desta Resolução, a autorização da Remoção Temporária deverá ser observar o limite de 10% do quadro efetivo e em exercício na Faculdade, excepcionadas as Remoções Temporárias independentes do interesse da Administração.

Parágrafo Único: Para cálculo dos percentuais de autorização, quando a fração for superior a 0,5 faz-se o arredondamento para o próximo número inteiro.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em Cáceres/MT, ____ de _____ de 2015.

Profa. Dra. *Ana Maria Di Renzo*
Reitora da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT
Presidente do CONEPE